

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
com Relatório dos auditores independentes

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Alentejo Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras--Continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

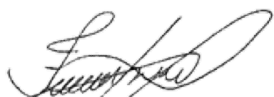
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Marchesini
Contador CRC 1SP-244.093/O-1



Leonardo Boiani Antoniazzi
Contador CRC 1SP-255.559/O-5

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas explicativas	2025	2024		Notas explicativas	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	159.095	5.762	Contas a pagar	-	23.641	1.688
Impostos a recuperar	-	2.105	127	Obrigações tributárias	-	1.028	52
Total do ativo circulante		161.200	5.889	Dividendos a pagar	8	629.394	-
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		654.063	1.740
Títulos e valores mobiliários	5	38.196.833	-	Passivo não circulante			
Outros créditos	-	1.399	1.399	Debêntures a pagar	6	36.375.208	-
Total do ativo não circulante		38.198.232	1.399	Dividendos a pagar	8	1.258.787	-
Total do ativo				Total do passivo não circulante		37.633.995	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	8	100.000	53.500
				Prejuízos acumulados	-	(28.626)	(47.952)
				Total do patrimônio		71.374	5.548
				Total do passivo e patrimônio líquido			
		38.359.432	7.288			38.359.432	7.288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	9	488.426	-
(-) Custos	10	(11.091.213)	-
Prejuízo operacional		(10.602.787)	-
Receitas / (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(206.226)	(21.023)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.809.013)	(21.023)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	12	(4.350.540)	(90)
Receitas financeiras	12	15.178.879	241
		10.828.339	151
Lucro líquido / (prejuízo) operacional antes dos impostos sobre o lucro		19.326	(20.872)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	-
Lucro líquido / (prejuízo) do período		19.326	(20.872)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	19.326	(20.872)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>19.326</u>	<u>(20.872)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	Notas explicativas	Capital social		Total	Reserva de lucros	Prejuízo acumulados	Total
		Capital social	Capital a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100.000	(70.000)	30.000	-	(27.080)	2.920
Integralização de capital	8	-	23.500	23.500	-	-	23.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(20.872)	(20.872)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	(46.500)	53.500	-	(47.952)	5.548
Acervo líquido de cisão	1.2	-	-	-	1.938.181	-	1.938.181
Integralização de capital	8	-	46.500	46.500	-	-	46.500
Dividendos extraordinários	8	-	-	-	(1.938.181)	-	(1.938.181)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.326	19.326
Saldos em 31 de dezembro de 2025		-	-	100.000	-	(28.626)	71.374

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Das atividades operacionais		
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	19.326	(20.872)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros sobre debêntures passivo	4.348.759	-
Marcação a mercado das ações, líquida	(10.263.394)	-
Ajuste – Opção de compra	(4.905.378)	-
Custo com alienação de ações	10.842.000	-
Custo de emissão de debêntures	26.114	-
Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(109)	-
Outros créditos	-	(234)
Partes relacionadas	-	(49)
Obrigações tributárias	976	1.560
Contas a pagar e outros passivos	21.953	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>90.247</u>	<u>(19.595)</u>
Das atividades de financiamento		
Acervo de caixa líquido da cisão	66.586	-
Debentures pagas	-	-
Partes relacionadas a receber	-	1.200
Integralização de capital	46.500	23.500
Dividendos pagos	(50.000)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>63.086</u>	<u>24.700</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>153.333</u>	<u>5.105</u>
No início do exercício	5.762	657
No final do exercício	159.095	5.762
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>153.333</u>	<u>5.105</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A **Alentejo Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia)** foi constituída em 20 de agosto de 2015 e tem sua sede localizada na Cidade de São Paulo - SP. Sua principal atividade consiste: a) participação como sócia ou acionista em empresas no Brasil; b) administração e gestão de créditos financeiros e carteira de títulos e valores para terceiros; c) consultoria em negócios financeiros e empresariais; d) estrutura de operações financeiras, todas compreendendo os serviços de assessoria, consultoria; e) participação em outras sociedades na qualidade de sócia; f) atividade de holding de instituições não financeiras; g) intermediação, mediação e agenciamento de negócios ou serviços em geral; h) administração de bens móveis; e i) administração de imóveis próprios.

1.2. Cisão – Operação Americanas

Em 29 de abril de 2025, foi aprovada, pelos órgãos societários competentes das partes envolvidas, a cisão parcial da Porto Empreendimentos e Participações S.A., com a transferência de parte de seu patrimônio líquido para a Companhia, conforme laudo de avaliação patrimonial datado de 31 de janeiro de 2025, elaborado por Companhia especializada e independente.

A operação foi conduzida em conformidade com a legislação societária vigente e com observância dos princípios e práticas contábeis aplicáveis, tendo como objetivo principal segregar as operações e ativos vinculados à Americanas S.A. ("Americanas"), centralizando sua administração em uma Companhia dedicada para essa finalidade.

Assim, no âmbito da cisão, foram transferidos para a Companhia todos os ativos e passivos, direitos e obrigações relacionados às operações com a Americanas.

A movimentação ocorrida entre 1º de fevereiro de 2025 a 21 de maio de 2025, período compreendido entre a data-base do laudo de avaliação e a data de efetiva conclusão da cisão, foi reconhecida por meio de lançamento complementar ao laudo diretamente no patrimônio líquido, de modo a refletir as variações patrimoniais ocorridas no período.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Cisão – Operação Americanas--Continuação

	Laudo de avaliação 31/01/2025	Movimentação do período	Saldo Cindido Atualizado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	261.299	(194.713)	66.586
Impostos a recuperar	590	1.278	1.868
Total do ativo circulante	261.889	(193.435)	68.454
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	49.014.948	(10.239.508)	38.775.440
Total do ativo não circulante	49.014.948	(10.239.508)	38.775.440
Total do ativo	49.276.837	(10.432.943)	38.843.894
	Laudo de avaliação 31/01/2025	Movimentação do período	Saldo Cindido Atualizado
Passivo Circulante			
Obrigações tributárias	616	(616)	-
Contas a pagar	22.000	(22.000)	-
Total do passivo circulante	22.616	(22.616)	-
Não circulante			
Debêntures a pagar	46.742.703	(9.836.990)	36.905.713
Total do passivo não circulante	46.742.703	(9.836.990)	36.905.713
Acervo líquido cindido	2.511.518	(573.337)	1.938.181
Total do passivo	49.276.837	(10.432.943)	38.843.894

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro 2025.

As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Base de mensuração e reconhecimento

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no regime de competência. Os ativos e passivos são mensurados predominantemente pelo custo histórico, exceto quando as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem outra base de mensuração, tais como valor justo, custo amortizado e/ou valor presente, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas e premissas adotadas são revisadas de forma contínua e os efeitos de eventuais revisões são reconhecidos prospectivamente, quando aplicável.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar em operação e concluiu que não existem incertezas materiais, na data de emissão, que possam gerar dúvida significativa quanto à continuidade operacional, considerando, no mínimo, o período de 12 meses após 31 de dezembro de 2025. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, mantidas com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Em geral, são classificadas como equivalentes de caixa as aplicações com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente na data da negociação, pelo valor justo. Quando classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPR), os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Subsequentemente, os títulos e valores mobiliários são mensurados de acordo com sua classificação contábil, conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa:

- (a) Custo amortizado: quando mantidos com o objetivo de recebimento dos fluxos de caixa contratuais e estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, sendo atualizados pelo método da taxa efetiva de juros; e
- (b) Valor justo por meio do resultado (VJPR): quando mantidos para negociação e/ou quando não atendidos os critérios para mensuração ao custo amortizado. Nessa categoria, as variações de valor justo — realizadas e não realizadas — são reconhecidas no resultado do exercício.

As ações de emissão da Americanas S.A. (AMER3) mantidas pela Companhia estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPR), sendo o valor justo apurado com base na cotação de fechamento divulgada pela B3.

A Administração avalia, na data-base das demonstrações financeiras, a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas para ativos financeiros sujeitos ao modelo de impairment, quando aplicável.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

A Administração avalia, ao final de cada exercício, se há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Quando identificados indícios de desvalorização, é estimado o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Caso o valor contábil exceda o valor recuperável, é reconhecida perda por impairment no resultado do exercício.

A Administração não identificou, na data-base das demonstrações financeiras, indícios que justificassem o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Provisões

3.4.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir a melhor estimativa da Administração na data-base.

3.4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia avalia, com suporte de assessores jurídicos, a probabilidade de perda em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para contingências cuja perda seja classificada como provável e para as quais seja possível estimar o valor de forma confiável. Contingências classificadas como possíveis são divulgadas, quando aplicável, e as classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

3.6. Impostos e contribuições

3.6.1. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados, quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Impostos e contribuições

3.6.2. Impostos sobre receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas indicadas abaixo:

- Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), alíquota de 7,6%.

A base de cálculo nas alienações de ações é a diferença positiva entre o valor de venda e o custo da ação, não havendo tributação quando está operação resultar em prejuízo.

3.6.3. Reforma tributária Brasileira

(a) Reforma Tributária sobre o Consumo – IBS e CBS

Em decorrência da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, foram estabelecidas alterações relevantes na tributação incidente sobre o consumo, com início de vigência a partir de 2026, incluindo a substituição gradual de tributos atualmente existentes por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A legislação prevê a aplicação de alíquotas-teste a partir de 2026, correspondentes, em linhas gerais, a 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, as quais serão gradualmente elevadas ao longo dos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de transição definido na legislação e em regulamentações complementares, até a plena implementação do novo sistema tributário.

Tais alterações poderão impactar, de forma relevante, a carga tributária, os fluxos de caixa, os preços, os processos operacionais e os sistemas de informação da Companhia, a depender da regulamentação aplicável e de seu modelo de negócios. Nesse contexto, a Companhia vem avaliando os potenciais impactos financeiros, comerciais e operacionais relacionados a essas alterações, bem como conduzindo estudos e adotando ações preparatórias com o objetivo de considerar tais efeitos e mitigar eventuais impactos adversos decorrentes da implementação do novo sistema tributário.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Impostos e contribuições

3.6.3. Reforma tributária Brasileira

(b) Tributação de Dividendos – Lei nº 15.270/2025

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que introduziu novas regras relativas à tributação de lucros e dividendos, com vigência a partir de 2026, alterando o tratamento fiscal anteriormente aplicável à distribuição de resultados pelas pessoas jurídicas. Dentre outros aspectos, a referida legislação estabelece hipóteses de incidência do imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, observados determinados limites, condições e exceções previstos em lei.

Os impactos decorrentes da aplicação dessas novas regras dependerão, entre outros fatores, da política de distribuição de resultados da Companhia, da forma e do momento da deliberação e destinação dos lucros, bem como de regulamentações complementares e interpretações das autoridades fiscais. A Administração avaliará tais impactos nos exercícios subsequentes, de acordo com a efetiva vigência e aplicação da legislação.

3.7. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Considerando a natureza das operações e os prazos praticados, a Administração avaliou que os saldos de direitos e obrigações, na data-base, estão registrados por valores próximos aos respectivos valores presentes, não sendo identificado efeito material que justifique a aplicação de ajuste a valor presente de forma específica.

3.9. Instrumentos financeiros e riscos

A Companhia reconhece um ativo ou passivo financeiro quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Considerando a natureza das operações, os principais instrumentos financeiros da Companhia incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras; (ii) títulos e valores mobiliários (ações AMER3) mensurados a VJPR; (iii) debêntures a pagar; e (iv) instrumento derivativo (Contrato de Opção), mantido exclusivamente para gestão de risco associado à estrutura da operação.

A Companhia está exposta principalmente aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito: decorre principalmente de aplicações financeiras e saldos mantidos com instituições financeiras. A Administração busca mitigar esse risco por meio da manutenção de aplicações em instituições consideradas de primeira linha.

Risco de liquidez: é administrado por meio do monitoramento do fluxo de caixa, projeções de curto e médio prazo e manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa para cobrir obrigações operacionais e financeiras quando devidas.

Risco de mercado (preço): a exposição decorre principalmente das variações no preço de mercado das ações AMER3 mensuradas a valor justo. Para mitigar potenciais perdas relacionadas à estrutura da operação, a Companhia mantém o Contrato de Opção de Compra e Venda e Outras Avenças, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.3, como mecanismo de proteção associado às debêntures e à alienação das ações.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Normas emitidas mas ainda não vigentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, foram emitidas novas normas e alterações às normas internacionais de contabilidade (IFRS) que ainda não estão vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que, quando aplicável, serão posteriormente incorporadas às normas brasileiras (CPC).

A Administração acompanha a evolução dessas normas e avaliará seus efeitos quando de sua adoção obrigatória. Com base em análise preliminar, não se esperam impactos relevantes de reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo eventuais efeitos restritos, principalmente, à forma de apresentação e às divulgações.

As principais normas e alterações aplicáveis são:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Emitida em abril de 2024, substituirá o IAS 1 (CPC 26 equivalente) e introduz novos requisitos de apresentação da demonstração do resultado e de divulgação de informações, onde as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa avalia que os impactos deverão estar relacionados, principalmente, à apresentação das demonstrações financeiras.
- (b) **Alterações correlatas ao IAS 7 / CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Foram emitidas alterações associadas ao IFRS 18 que podem afetar a forma de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa. A Administração avaliará eventuais ajustes quando da vigência da norma no Brasil.
- (c) **Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:** Emitidas em maio de 2024, introduzem ajustes pontuais em classificação, mensuração e divulgações de instrumentos financeiros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Considerando que a Empresa possui estrutura simples de instrumentos financeiros, não são esperados impactos relevantes além de eventuais divulgações adicionais.
- (d) **Melhorias anuais às normas IFRS:** O IASB emite periodicamente melhorias pontuais às normas vigentes. A Administração acompanhará sua incorporação às normas brasileiras e avaliará seus efeitos quando aplicáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos	1.357	-
Aplicações financeiras	157.738	5.762
	159.095	5.762

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa e com baixa exposição a risco, sendo concentradas principalmente em aplicações e em fundos de investimento de renda fixa.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2025 está assim apresentada:

Movimentação - AMER3	Valores	Quantidade de Ações
(=) Acervo líquido de cisão (Nota nº 1.2)	38.775.440	7.529.177
(-) Custo com a alienação de ações (Nota nº 10)	(10.842.000)	(83.400)
(+/-) Marcação a mercado das ações conforme B3 - (Notas nº 12 e 13)	10.263.393	-
(=) Saldo em 31/12/2025 - 7.445.777 ações AMER3	38.196.833	7.445.777

5.2. Histórico de operações

Em 2024, a Porto Empreendimentos e Participações S.A. ("Porto") realizou uma operação estruturada relacionada ao Plano de Recuperação Judicial da Americanas S.A. ("Americanas"), por meio da qual obteve participação acionária na Americanas mediante a utilização de direitos de subscrição originados de créditos detidos pelo debenturista no âmbito do referido plano.

(i) Emissão e integralização das debêntures

Em 8 de julho de 2024, a Porto emitiu 342.188 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 342.188.000, nos termos da 2ª Escritura de Emissão, sob regime de garantia firme de colocação e distribuição pública.

Em 31 de julho de 2024, as debêntures foram integralizadas mediante cessão de direitos de subscrição de novas ações da Americanas, no montante equivalente a R\$ 989.388.120,50, resultando na subscrição de 570.800.839 ações ordinárias e 190.266.946 bônus de subscrição, ao preço de R\$ 1,30 por ação.

(ii) Eventos societários e posição acionária

Conforme "Aviso aos Acionistas" divulgado pela Americanas em agosto de 2024, foi aprovado o grupamento de ações na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), sem alteração do valor total investido. Após o grupamento e considerando a alienação parcial de 8.150.000 ações, a Porto passou a deter 7.529.177 ações ordinárias da Americanas em 31 de dezembro de 2024.

Na mesma data, essas ações estavam avaliadas a R\$ 6,20 por ação, totalizando R\$ 46.680.903 em valor de mercado.

(iii) Classificação contábil e mensuração

As ações remanescentes foram classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), sendo os efeitos da marcação a mercado reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Marcação a mercado das ações".

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

5.2. Histórico de operações

(iv) Cisão e transferência para a Companhia

Em maio de 2025, os ativos e passivos relacionados às operações com a Americanas foram cindidos da Porto e transferidos para a Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa 1.2.

6. Debêntures a pagar

Operação Americanas	22/05/2025	Movimentação	31/12/2025
Debêntures 2ª Emissão	345.640.831	4.348.759	349.989.590
Custos de negociação de debêntures a apropriar	(396.261)	26.114	(370.147)
(-) Ajuste – Opção de compra (Notas nº 9.3)	(308.338.857)	(4.905.378)	(313.244.235)
	36.905.713	(530.505)	36.375.208

6.1. Característica da debênture – Operação Americanas S.A.

Classificação da emissão	2ª emissão (a)
Emissora	Porto Empreendimentos e Participações S.A(Posteriormente transferido à Alentejo Empreendimentos e Participações S.A)
Acionista	MGC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Agente fiduciário	Planner Corretora de Valores S.A.
Depósito para distribuição e negociação	e As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pelo Coordenador Líder no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Alternativamente, as Debêntures poderão ser mantidas em registro no Escriturador (conforme abaixo definido)."
Data da emissão	08 de julho de 2024
Data final da liquidação	Prazo de 3.654 (setecentos e trinta e um) dias, a contar da data de emissão, vencendo em 10 de julho de 2034.
Conversibilidade	Para todos os fins de direito, as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e serão não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Quantidade	342.188
Valor nominal unitário	R\$ 1.000
Valor total da emissão	R\$ 342.188.000
Valor atualizado em 31/12/2025	R\$ 349.989.590
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da lei 6.404.
Preço de subscrição e forma de integralização	As Debêntures serão subscritas e integralizadas de todas as formas admitidas em direito, total ou parcialmente, em dinheiro, à vista, ou, ainda em títulos e valores mobiliários ou por meio de dação em pagamento na transferência de bens ou direitos.
Destinação de recursos	Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados à aquisição, conversão ou recebimento, pela Emissora, das Ações Americanas, e a comercialização das referidas ações que serão de titularidade da Emissora, em ambiente de bolsa, observadas as condições da Escritura de Emissão de Debêntures.
Atualização monetária	O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
Remuneração	O Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa Referencial ("TR"), calculada pelo Banco Central do Brasil, aplicada diretamente sobre o saldo devedor acumulado das Debênture até a Data de Vencimento, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

6. Debêntures a pagar--Continuação

6.2. Informações relevantes – Operação Americanas S.A.

- O pagamento das debêntures deverá ser realizado por meio das receitas obtidas com a alienação de até 96,20% das ações da “Americanas” detidas pela Companhia;
- As vendas das ações poderão ser realizadas pela Companhia periodicamente para manutenção de suas atividades. Caso haja apuração de resultado positivo (lucro) na venda das ações, a Companhia deverá informar ao Debenturista que esse recurso será utilizado na amortização parcial das debêntures emitidas; e
- Ao término da comercialização integral das ações, caso os recursos obtidos não sejam suficientes para quitar o valor corrigido das debêntures, o Debenturista poderá exercer cláusula de garantia, passando a ser titular de 100% das ações da Companhia.

6.3. Hedge de valor justo - Opção de compra – Operação Americanas S.A.

Em 08 de julho de 2024, foi celebrado o “Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda e Outras Avenças” (“Contrato de Opção”) entre a Porto e o Debenturista.

O referido contrato estabelece que, caso a totalidade das ações da Americanas S.A. (“Americanas”) venha a ser alienada e a receita líquida obtida não seja suficiente para a quitação integral das debêntures emitidas pela Companhia, incluindo remuneração e encargos até a data de vencimento, o Fundo de Investimentos em Participações MGC (“Fundo”), desde que observados os parâmetros previstos na Escritura de Emissão, terá o direito irrevogável e irretroatável de adquirir do Debenturista — que, por sua vez, estará obrigado a vender — a totalidade das debêntures então detidas, pelo preço fixado de R\$ 1,00 (um real).

Com base nos critérios e condições contratuais estabelecidos, os efeitos do Contrato de Opção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 podem ser demonstrados conforme segue:

Descrição	2025
Posição das ações AMER3 na data-base (31/12/2025)	38.196.833
(-) 3,8% de direito da Companhia	(1.451.480)
(=) Potencial de receita a ser obtida com a venda de ações	36.745.353
(-) Posição das Debentures em 31/12/2025	(349.989.590)
(-) Opção foi fixado em R\$1,00	1
(=) Ajuste do valor devido com base no “Contrato de Opção”	(313.244.235)
(-) Ajuste contabilizado até a data de realização da cisão	(308.338.857)
(-) Ajuste relacionado ao exercício findo em 31/12/2025	(4.905.378)

O valor de R\$ 4.905.378 foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros”, representando o ajuste adicional decorrente do Contrato de Opção do exercício.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

6. Debêntures a pagar--Continuação

6.4. Amortização extraordinária obrigatória – Operação Americanas S.A.

As amortizações obrigatórias foram realizadas seguindo as exigências contidas no item 5.4.1 da Escritura de Emissão de Debêntures datada de 08 de julho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Data	R\$
1ª amortização obrigatória	16/12/2024	2.332
2ª amortização obrigatória	13/02/2025	67.618
Total		69.950

7. Provisão para riscos e demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos e internos, analisa periodicamente o estágio processual, os fundamentos jurídicos envolvidos e as jurisprudências aplicáveis, a fim de determinar a necessidade de reconhecimento de provisões ou de divulgação de passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não existiam processos cuja probabilidade de perda fosse classificada como provável, razão pela qual não houve constituição de provisão para demandas judiciais. Adicionalmente, conforme avaliação jurídica realizada, não foram identificados processos com probabilidade de perda classificada como possível que demandassem divulgação de valores estimados nas demonstrações financeiras.

A Administração revisa continuamente as avaliações jurídicas e eventuais alterações no estágio dos processos poderão resultar em reconhecimento de provisões ou divulgações adicionais em exercícios futuros.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 100.000, representado por 100.000 (cem mil) ações, integralizado conforme demonstrado abaixo:

	Nº de cotas	R\$	%
MGC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	100.000	100.000	100,00
	100.000	100.000	100,00
(-) Capital a integralizar em 31 de dezembro de 2023	-	(70.000)	-
(+) Capital integralizado em 2024	-	23.500	-
(+) Capital integralizado em 2025	-	46.500	-
(=) Capital integralizado	-	-	-

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

8. Patrimônio líquido--Continuação

8.2. Destinação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício obedecerá a destinação prevista na Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, destacando-se: (i) Amortização dos prejuízos acumulados; (ii) Importância de 5% destinada à constituição da reserva legal limitada a 20% do capital social; (iii) Distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 25% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e (iv) O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada por acionistas em Assembleia Geral, conforme proposição da Diretoria, observadas as disposições legais e do Estatuto Social.

8.3. Dividendos extraordinários

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que introduziu novas regras relativas à tributação de lucros e dividendos, com vigência a partir de 2026, alterando o tratamento fiscal anteriormente aplicável à distribuição de resultados pelas pessoas jurídicas. A referida legislação estabelece hipóteses específicas de incidência do imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, bem como exceções relacionadas à forma, ao momento e à destinação dos resultados.

Diante dessas disposições e em linha com sua política de retenção e destinação de resultados, a Administração deliberou a destinação de lucros observando os critérios previstos na legislação, de modo que determinadas distribuições não estejam sujeitas à incidência do referido tributo. Eventuais impactos decorrentes da aplicação e regulamentação dessas novas regras serão continuamente avaliados pela Administração nos exercícios subsequentes.

Em 8 de dezembro de 2025, por meio de ata de assembleia geral extraordinária, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$ 1.938.181, provenientes de reservas de lucros geradas pelas movimentações ocorridas entre a data-base do laudo e a data de efetiva conclusão da operação, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.2. Adicionalmente, a título de informação, a ata foi inicialmente elaborada contemplando a destinação de R\$ 2.050.000 em dividendos, valor que será objeto de retificação para adequação ao montante efetivamente aprovado/destinado de R\$ 1.938.181.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 50.000, permanecendo um saldo de R\$ 1.888.181, a ser liquidado em parcelas ao longo de 3 (três) anos, conforme deliberação societária.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

9. Receitas operacional líquida

	2025	2024
Receita com venda de ações	488.891	-
(-) Impostos incidentes	(465)	-
	488.426	-

10. Custos

	2025	2024
Custo com venda de ações	(10.842.000)	-
Custo com serviços de terceiros	(216.323)	-
Custo de emissão de debêntures	(31.841)	-
Outros custos de liquidações de ações	(1.049)	-
	(11.091.213)	-

11. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros	(175.742)	(16.756)
Despesas com taxas	(30.204)	(3.987)
Outras despesas	(280)	(280)
	(206.226)	(21.023)

12. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures (Nota nº 13)	(4.348.759)	-
Despesas bancárias	(1.468)	(90)
Outras despesas financeiras	(313)	-
	(4.350.540)	(90)
Receitas financeiras		
Resultado com instrumento financeiro – Opção de compra (Notas nº 6 e 13)	4.905.378	-
Marcação a mercado das ações, líquida (Notas nº 5.1 e 13)	10.263.393	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.108	241
	15.178.879	241
	10.828.339	151

13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Descrição	2025	2024
Lucro / (Prejuízo) antes das provisões tributárias	19.326	(20.872)
(+) Perda efetiva na venda de ações	10.353.109	-
(+) Juros sobre debêntures (Nota nº 6)	4.348.758	-
(+) Juros das debêntures efetivamente pagos	(391)	-
(+/-) Marcação a mercado das ações, líquida (Notas nº 5.1 e 12)	(10.263.393)	-
(-) Ajuste – opção de compra (Notas nº 6 e 12)	(4.905.378)	-
(-/+) Outras adições/ exclusões	-	-
(=) Base de cálculo	(447.969)	(20.872)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social era de R\$ 489.994 (R\$ 44.447 em 31 de dezembro 2024). O correspondente crédito tributário de R\$ 166.598 (R\$ 15.112 em 31 de dezembro 2024) não foi registrado por ainda não serem atendidas todas as premissas necessárias para o seu reconhecimento.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, ações de emissão da Americanas S.A. (AMER3), debêntures a pagar e instrumento derivativo (“Contrato de Opção de Compra e Venda e Outras Avenças”), reconhecidos e mensurados conforme critérios descritos nas Notas Explicativas nº 3, 6 e 7.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e os critérios de mensuração são:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** mantidos em instituições financeiras; por sua natureza, os valores contábeis são considerados próximos ao valor justo.
- **Títulos e valores mobiliários (ações AMER3):** mensurados ao valor justo por meio do resultado, com base em cotações obtidas em mercado ativo (B3), e variações reconhecidas no resultado do exercício.
- **Debêntures:** mensuradas de acordo com as cláusulas contratuais aplicáveis; na data-base, a Administração avalia que seus valores contábeis são próximos aos respectivos valores justos, considerando prazos e condições pactuadas.
- **Instrumentos derivativos:** o Contrato de Opção é mantido exclusivamente para gestão de risco associado às operações com ações da Americanas e à estrutura das debêntures, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 6.3.

A Companhia não realiza operações com derivativos para fins especulativos. A gestão dos riscos financeiros associados aos instrumentos financeiros é apresentada na Nota 15.

15. Considerações sobre riscos

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de suas operações, principalmente risco de mercado (preço) relacionado às variações do valor das ações detidas (AMER3), além de risco de crédito e risco de liquidez.

15.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplência de contrapartes, sendo mais relevante em aplicações financeiras e demais saldos mantidos com instituições financeiras. A Administração busca mitigar esse risco por meio da manutenção de recursos em instituições consideradas de primeira linha.

15.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de caixa suficiente para honrar seus compromissos nas datas de vencimento. A Administração monitora continuamente a liquidez por meio de projeções de fluxo de caixa e acompanhamento de obrigações, considerando planos de financiamento e metas internas.

Alentejo Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

15. Considerações sobre riscos--Continuação

15.3. Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado, principalmente, à variação do preço de mercado das ações (AMER3). Para mitigar perdas potenciais relacionadas à estrutura da operação, a Companhia mantém o “Contrato de Opção de Compra e Venda e Outras Avenças”, descrito na Nota 6.3, como mecanismo de proteção associado às debêntures e à alienação das ações.